

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2019



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. (Companhia ou “LEST”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2020.

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	84.298	8.534
Impostos a recuperar	6	326	140
Outros créditos		5	9
Total do ativo circulante		84.629	8.683
Não circulante			
Contas a receber (ativo de concessão)	7	333.758	35.124
Imobilizado	8	-	10
Total do ativo não circulante		333.758	35.133
Total do ativo		418.387	43.817

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
Circulante			
Empréstimos a pagar	11	1.811	-
Fornecedores	9	31.989	712
Salários e encargos a pagar		6	20
Obrigações tributárias	10.2	1.534	1.029
Dividendos a pagar	14.3	14.287	-
Total do passivo circulante		49.627	1.761
Não circulante			
Empréstimos a pagar	11	202.762	-
Debêntures a pagar	12	27.707	-
Impostos diferidos	10.1	21.548	4.995
Total do passivo não circulante		252.015	4.995
Patrimônio líquido	14		
Capital social		70.875	41.875
Reserva Legal		3.008	-
Prejuízos acumulados		-	(4.814)
Reserva de lucros		42.862	-
Total do patrimônio líquido		116.745	37.061
Total do passivo e patrimônio líquido		418.387	43.817

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto lucro/prejuízo por ação em R\$

	Nota	2019	2018
Receita operacional líquida	15	288.553	32.581
Custos dos bens construídos e serviços prestados	16	(206.550)	(30.333)
Resultado operacional bruto		82.003	2.248
Despesas operacionais			
Com pessoal	21	(1.272)	(1.280)
Gerais e administrativas		(1.355)	(923)
Depreciação e amortização		(1)	(3)
Tributárias		(18)	(28)
	17	(2.646)	(2.234)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		79.357	14
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		2.073	942
Despesas financeiras		(9.304)	(571)
Resultado financeiro, líquido	18	(7.231)	371
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		72.126	385
Imposto de renda e contribuição social corrente	19.1	(684)	(307)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	(6.472)	(3.563)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		64.971	(3.485)
Lucro (Prejuízo) por ação – R\$	14.5	1,0333	(0,119)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2019	2018
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	64.971	(3.485)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	64.971	(3.485)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2017		15.575	-	(1.329)	-	14.246
Aumento de capital	14.1	26.300	-	-	-	26.300
Prejuízo do exercício		-	-	(3.485)	-	(3.485)
Em 31 de dezembro de 2018		41.875	-	(4.814)	-	37.061
Aumento de capital	14.1	29.000	-	-	-	29.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	64.971	64.971
Compensação de prejuízos acumulados	14.3			4.814	(4.814)	-
Constituição de reserva legal	14.3	-	3.008	-	(3.008)	-
Dividendos propostos	14.3	-	-	-	(14.287)	(14.287)
Em 31 de dezembro de 2019		70.875	3.008	-	42.862	116.745

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	72.126	385
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	1	3
Baixa de imobilizado	10	
Encargos sobre empréstimos e debêntures	2.205	-
Impostos diferidos	12.361	4.995
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber (ativo de concessão)	(298.634)	(33.730)
Adiantamento à fornecedores e funcionários	4	624
Despesas antecipadas	-	522
Tributos a recuperar	(186)	(86)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e outras obrigações	31.277	(55)
Salários e encargos a pagar	(14)	
Obrigações fiscais	(2.459)	(3.142)
Partes relacionadas	-	(35)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	(183.309)	(30.519)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação empréstimo	230.073	-
Integralização de capital	29.000	26.300
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	259.073	26.300
Aumento/(Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	75.764	(4.219)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.534	12.753
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	84.298	8.534
Aumento/(Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	75.764	(4.219)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 – parte, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL, as quais deverão entrar em operação comercial na data de 11 de fevereiro de 2022 e são descritas a seguir:

Aspectos regulatórios

Em 24 de abril de 2017, a Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2016–ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA, para aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente as linhas de transmissão Paulo Afonso e Xingó.

Em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV – Luiz Gonzaga, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó – Jardim, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

A Companhia tem até 11 de fevereiro de 2022 para finalizar a construção do empreendimento conforme previsto no Contrato de Concessão, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$324 Milhões. A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$44,5 milhões (valor original) na data do leilão, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Companhia considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco 1, (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial antecipada.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório N° 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso – Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A previsão de emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó – Jardim), é julho de 2020.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 17 de março 2020.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2- Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.3. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Contas a receber (ativo da concessão) – mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 47 – Contratos de contratos com cliente. A Companhia reconhece a receita de construção e melhorias ao longo da implantação, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.

c) Avaliação de instrumentos financeiros – são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos – são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas

a) Em vigor para o período iniciado em 1º de janeiro de 2019:

- **CPC 06(R2)/IFRS 16** - Arredamentos (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019) – A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de aluguéis.
- **IFRIC 23/ICPC 22** – Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019

Os pronunciamentos que começaram a vigorar em 1º de janeiro de 2019 não causaram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020:

- **CPC 00 (R2)** – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2020) – A revisão da norma estabelece alterações no CPC 00 (R1) com destaque para: o objetivo do relatório financeiro; definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas; critérios para a inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento); bases de mensuração e orientação sobre quando usá-las e conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.
- **IAS 1 /CPC 26 e IAS 8/ CPC 23** – Modifica a definição de “material”, esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas.
- **IFRS 3 / CPC 15** – Definição de negócio - Esta alteração constitui uma revisão da definição de “negócio” para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais.
- **Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14** - Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas.
- **Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15** - Alterações dos pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", quanto à contabilização de Hedge.
- **IFRS 17 /CPC 50** – Contratos de seguro - A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC11 – Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

A Companhia avaliou os reflexos destas normas e, no entanto, não espera impacto relevante sobre suas demonstrações contábeis.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

3.3. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social é calculado com base no lucro presumido que estabelece um percentual de presunção sobre as receitas tributáveis da Companhia. Sobre a base de cálculo presumida, a tributação compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o excedente de R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. O recolhimento efetivo do imposto de renda e da contribuição social é diferido enquanto não houver a liquidação financeira (regime de caixa) dos valores a receber.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12 e orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão - vide nota explicativa nº 3.8.). As concessionárias devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 (IAS 11) – Contratos de Construção e CPC 30 (R1) (IAS 18) – Receitas (Serviços de Operação e Manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de remuneração do ativo da concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial desse ativo financeiro.

b) Receita de construção: serviços de construção da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção da infraestrutura são reconhecidas com base nos custos incorridos durante a fase dos estudos iniciais e de construção e é registrada pelo seu valor justo. A Companhia considera margem de (zero) na receita de construção da infraestrutura.

3.5. Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e dos serviços de operação e manutenção.

3.6. Demonstração de fluxo de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.7. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro/prejuízo do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

3.8. Contratos de concessão (interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 – IFRIC 12)

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizados) revertidos ao Poder Concedente no vencimento do respectivo contrato. A concessionária tem direito de operar e manter a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 12), a concessionária atua como prestadora de serviço. A concessionária constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção da infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante o prazo da concessão.

A concessionária deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamento técnico CPC 47 (IFRIC 15). Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de construção da infraestrutura ou serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de construção da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro origina-se à medida que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção e melhoria da infraestrutura; o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A concessionária tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento: (a) de valores preestabelecidos ou determináveis; ou (b) se houver insuficiência dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pela concessionária de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia estão descritos a seguir:

- A interpretação técnica ICPC 01 e orientação técnica OCPC 05 (IFRIC 22) foram consideradas aplicáveis aos contratos de serviço público-privado de que a Companhia faz parte.
- Os ativos vinculados às concessões estão classificados de acordo com o modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e os custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro por meio dos custos incorridos.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Essa indenização somente será paga sobre os valores residuais, se houver, os custos capitalizados após a entrada em operação do empreendimento, que não fazem parte do projeto original. Consequentemente, a Companhia assume que o valor residual vinculado ao projeto original de construção e instalação não tem o direito contratual de recebimento de indenização (Decreto nº 2.003/95).

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção e melhoria da infraestrutura e encargos incidentes. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção e melhoria da infraestrutura foi determinada considerando-se o fluxo de caixa previsto para o ativo da concessão.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a remuneração dos ativos de concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de PIS e COFINS cumulativos, registrados na rubrica “Tributos diferidos” no passivo não circulante.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia podem decorrer das decisões operacionais e de gestão ou de fatores externos.

- Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso a Companhia expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais os quais poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Risco técnico: a infraestrutura das é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

4 Gestão de risco financeiro

Em 31 de dezembro de 2019, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	84.298	84.298
Contas a receber (ativo de concessão) (b)	333.758	333.758
Total	418.056	418.056
Passivos financeiros		
Fornecedores (c)	31.989	31.989
Empréstimos (c)	204.572	204.572
Debêntures (c)	27.706	27.706
Outras obrigações (c)	1.539	1.539
Total	265.806	265.806

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

A exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 333.758 mil.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuou contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o seguinte:

- Risco relacionado às taxas de juros

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

d) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>
Em 31 de dezembro de 2019		
Financiamentos	6.329	198.243
Debêntures	-	27.706
Fornecedores e contas a pagar	33.528	

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia estão expostas na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base no sistema CETIP de 31 de dezembro de 2019, foi extraída a posição do indexador CDI (4,40% ao ano) para um ano.

A Administração preparou três cenários de análise de sensibilidade. O cenário I (provável) considera as taxas de juros futuros observadas na data-base das demonstrações contábeis e os cenários II e III consideram uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

Ativo Financeiro	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Risco / indexador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Caixa e equivalentes de caixa	217	CDI	9	7	5
Aplicações financeiras	84.080	CDI	3.700	2.775	1.850
			<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Referência de ativos financeiros CDI (% ao ano)			4,40%	3,30%	2,20%
Passivo Financeiro	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>Risco / indexador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Empréstimos	202.761	IPCA	8.719	10.908	13.078
Debêntures	27.312	IPCA	1.174	1.469	1.762
			<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Referência de passivos financeiros IPCA (% ao ano)			4,30%	5,38%	6,45%

Em 31 de dezembro de 2019, passivos financeiros da Companhia classificados nessa categoria compreendiam a empréstimos e debêntures.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e bancos	218	230
Fundos de renda fixa CDB (i)	84.080	8.304
	<u>84.298</u>	<u>8.534</u>

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú High Grade RF Crédito Privado) e pelo Banco do Nordeste (BNB Institucional FI RF), que tiveram no ano de 2019, remuneração média referenciada ao CDI de 100,50%. A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Tributos a recuperar

	2019	2018
IRRF s/ aplicação financeira	214	137
PIS	-	3
ICMS	112	-
	326	140

7. Conta a receber (ativo de concessão)

	2019	2018
Receita de construção	276.184	32.863
Receita de remuneração	22.450	2.261
	298.634	35.124
Saldo Acumulado	333.758	35.124

8. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Adições	Transferências	Depreciação	Total
Em 31 de dezembro de 2018	10	-	-	-	10
Transferência para o resultado do exercício	-	-	(10)	-	(10)
Em 31 de dezembro de 2019	10	-	(10)	-	-

Taxa de depreciação anual 10%

	Máquinas e equipamentos	Adições	Transferências	Depreciação	Total
Em 31 de dezembro de 2017	13	-	-	-	13
Depreciação	-	-	-	(3)	(3)
Em 31 de dezembro de 2018	13	-	-	(3)	10

Taxa de depreciação anual 10%

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Fornecedores

	2019	2018
Outros Prestação de serviços	2.988	712
Camargo Corrêa Infra S.A	9.302	-
SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	5.801	-
Gerdau Aços Longos S/A	1.071	-
Schneider Electric Brasil Ltda	1.393	-
Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda	8.442	-
ABB Ltda	1.836	-
Lucy Equipamentos Eletrônicos Ltda	1.156	-
	31.989	712

O valor corresponde a equipamentos e a prestação de serviços de implantação da linha de transmissão, conforme previsto no contrato de concessão.

10. Impostos correntes e diferidos

	2019	2018
IRPJ e CSLL	10.268	3.796
Pis e Cofins	11.280	1.199
Total	21.548	4.995

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12).

Abaixo demonstramos a movimentação no exercício:

	2018	Adições	2019
IRPJ e CSLL	3.796	6.472	10.268
Pis e Cofins	1.199	10.082	11.280
Total	4.995	16.553	21.548

10.2. Impostos correntes

	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ/CSL corrente	374	73
INSS retido	31	-
FGTS	2	-
ISS	631	890
ICMS	336	-
Impostos retidos	158	66
Total	1.534	1.029

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Empréstimos

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	1,5% a.a. + IPCA	15/10/2038		
Circulante			1.811	-
Não circulante			202.762	-
			204.573	

O respectivo empréstimo é garantido por fiança bancária emitida por instituição financeira de 1ª linha. O empréstimo possui cláusulas de vencimento antecipado não vinculados ao desempenho financeiro da Companhia. Até 31 de dezembro de 2019, essas condições estavam adimplentes.

O cronograma de vencimento de longo prazo está demonstrado a seguir:

	<u>R\$ mil</u>
2021	899
2022	5.431
2023	5.737
2023 em diante	190.695
Total	202.762

12. Debêntures

Debêntures a pagar	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
	IPCA + 5,3649% A.A.	15/02/2034		
Principal a pagar			27.312	-
Encargos a pagar			394	-
			27.706	

O cronograma de vencimento de longo prazo está demonstrado a seguir:

	<u>R\$ mil</u>
2021	394
2022	-
2023	410
2023 em diante	26.902
Total	27.706

As debêntures compartilham as mesmas garantias e cláusulas de vencimento antecipado dos empréstimos.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões

Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

A Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável e possível, com base na avaliação de seus assessores legais, sendo assim conforme determinam as práticas contábeis não há provisão constituída, bem como informações a serem divulgadas.

14. Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 e 2018 é representado somente por ações ordinárias, da seguinte forma:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Vinci Infra						
Coinvestimento	14.178.339	14.178	20%	16.751.648	16.752	40%
Vinci Infra Transmissão	35.366.647	35.367	30%	25.123.396	25.123	60%
V2I Transmissão de Energia S.A	21.330.058	21.330	50%	-	-	-
	<u>70.875.044</u>	<u>70.875</u>	<u>100%</u>	<u>41.875.044</u>	<u>41.875</u>	<u>100%</u>

Em AGO realizada em 21 de janeiro de 2019, foi deliberada a emissão de 17.000.000 (dezessete milhões e trezentas mil) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 41.875 mil para R\$ 53.875.

Em AGO realizada em 15 de agosto de 2019, foi deliberada a emissão de 12.000.000 (doze milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$ 53.875 mil para R\$ 70.785.

14.2 Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14.3 Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/79 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral, calculados da seguinte forma:

	2019
Lucro líquido do exercício	64.971
(-) compensação de prejuízos acumulados	(4.814)
Saldo para constituição de reservas	60.157
Reserva legal – 5%	(3.008)
Bse de cálculo	57.149
Percentual de dividendos propostos	25%
Dividendos propostos	14.287

14.4 Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

14.5 Lucro (Prejuízo) por ação

	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	Média ponderada de Ações (em milhares)	Resultado por ação – em R\$
31/12/2019	64.971	62.875	1,033
31/12/2018	(3.485)	29.341	(0,119)

15. Receita líquida

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é assim demonstrada:

	2019	2018
Receita de construção	276.184	31.482
Receita de remuneração	22.450	2.246
Pis e Cofins diferidos	(10.081)	(1.147)
	288.553	32.581

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Custos dos bens em construção

	2019	2018
Serviços de Terceiros	7.984	1.394
Custos com viagens	240	120
Remuneração de pessoal	610	-
Provisões trabalhistas	7	-
CCI - Compartilhamento de Infraestrutura e Aluguéis	1.053	1.093
Seguros	85	501
Serviços fundiários	5.338	3.155
Autarquia local	133	66
Serviço para o licenciamento ambiental	5.721	1.433
Serviços de Engenharia, Obra Civil e Montagens	165.955	18.749
Materiais para chaveamento de energia	-	3.794
Maquinas e Equipamentos	22	-
Adiantamentos a Fornecedores	16.431	-
Impostos e Taxas	2.971	28
	206.550	30.333

17. Despesas operacionais

	2019	2018
Despesas com serviços profissionais	783	333
Despesas com remuneração de pessoal	760	775
Honorários da diretoria	512	505
Despesas com consultoria e assessoria	-	8
Despesas com aluguel	192	155
Despesas com viagens	66	283
Despesas com impostos e taxas	18	28
Outras despesas gerais	315	-
Recuperação de Despesas	-	147
	2.646	2.234

18. Resultado financeiro, líquido

	2019	2018
Tarifas, Multa e Juros	(61)	(552)
Atualização monetária, IOF	(444)	(19)
Garantias/Fianças/Financiamentos	(4.534)	-
Taxas financeiras	(60)	-
Juros s/ Financiamentos	(3.894)	-
Juros s/ Debentures	(312)	-
Despesas financeiras	(9.304)	(571)
Receitas sobre aplicação financeira	2.074	942
Receitas financeiras	2.073	942
Resultado financeiro, líquido	(7.231)	371

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social correntes:

	2019	2018
<u>Receita realizada</u>	2.073	974
IRPJ - 15%	(311)	(146)
CSLL - 9%	(187)	(88)
Adicional - 10%	(186)	(73)
Total	(684)	(307)

19.2) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2019	2018
Receita de construção	276.184	31.482
Receita de remuneração	22.450	2.247
Receita financeira	2.073	942
Total receita	300.707	34.671
<u>Receita não realizada</u>		
Receita de construção	276.184	31.482
Ativo financeiro	22.450	2.247
Total	298.634	33.729
Presunção IRPJ - 8%	23.891	2.698
Presunção CSLL -12%	35.836	4.047
IRPJ - 15%	(3.584)	(405)
Adicional - 10%	(2.365)	(246)
Total IRPJ diferido	(5.949)	(651)
Total CSLL diferida - 9%	(3.225)	(364)
Total IRPJ e CSLL diferidos	(9.174)	(1.015)
Ajuste provisão exercícios anteriores	2.702	(2.548)
Total IRPJ e CSLL diferidos	(6.472)	(3.563)

Lest – Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Seguro

Modalidade	Importância segurada - R\$	Período de vigência
Seguros-garantia	2.231.838	10 de fevereiro de 2017 até 10 de agosto de 2021
Seguros-garantia - Aneel	9.738.800	09 de fevereiro de 2017 até 06 de Novembro de 2022

(*) Esse contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia e de acordo com as modalidades e coberturas adicionais expressamente contratadas, em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou, ainda, as obrigações assumidas em razão dos seguintes itens:

- a) Processos administrativos.
- b) Processos judiciais, inclusive execuções fiscais.
- c) Parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa.
- d) Regulamentos administrativos.

Encontram-se também garantidos por esse contrato de seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

21. Remuneração da administração

A remuneração da Administração e da Diretoria Executiva, compreende o pró-labore e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” como “Honorários da diretoria”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	2019	2018
Salários	32	-
Provisões trabalhistas	4	-
Benefícios	150	70
Conselheiros e diretores	480	871
Encargos sociais	101	174
Participação nos lucros	505	165
	1.272	1.280

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9